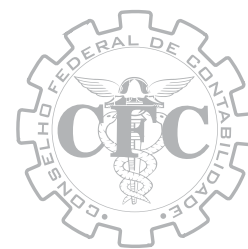


Jornal do CFC

Informativo do Conselho Federal de Contabilidade



Brasília-DF – ano 11 , nº 94 – julho/agosto de 2008 – distribuição gratuita

18º CBC

Momento magno da Classe Contábil brasileira

Pág. 3 a 6



18º
CONGRESSO
BRASILEIRO DE
CONTABILIDADE

Nesta edição

3 Pontuação da Capes
3 Medalha João Lyra
4 Entrevista: Presidente da AIC
6 Lopes de Sá

7 Proposta de Conteúdo
7 CReCER
8 Fiscalização
8 Controle Interno
9 Registro

9 REPeC
10 Artigo
11 Seminário Nacional NBCASP
12 Balanço Socioambiental
12 Campanha Ficha Limpa

Plenário do CFC

Presidente

Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim

Vice-presidentes

Contador Enory Luiz Spinelli
Contadora Luci Melita Vaz
Contador Nelson Mitimasa Jinzenji
Contador Adeildo Osório de Oliveira
Contador José Martonio Alves Coelho
Contador Juarez Domingues Carneiro
Contadora Sílvia Mara Leite Cavalcante

Conselho Consultivo

Ynel Alves de Camargo
Olívio Koliver
Antônio Lopes de Sá
Sérgio Approbato Machado
Antonio Carlos Nasi
José Serafim Abrantes
José Maria Martins Mendes
João Verner Jueneemann
Alcedino Gomes Barbosa
José Martonio Alves Coelho

Conselheiros Efetivos

Contador Adeildo Osório de Oliveira
Contador Enory Luiz Spinelli
Contador Francisco Fernandes de Oliveira
Contador Francisco José dos Santos Alves
Contador João de Oliveira e Silva
Contador José Martonio Alves Coelho
Contador José Wagner Rabelo Mesquita
Contador Juarez Domingues Carneiro
Contadora Jucileide Ferreira Leitão
Contadora Luci Melita Vaz
Contadora Lucilene Florêncio Viana
Contador Luiz Carlos Vaini
Contador Luiz Henrique de Souza
Contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim
Contador Nelson Mitimasa Jinzenji
Contador Nelson Zafrá
Contador Sebastião Célio Costa Castro
Contadora Sílvia Mara Leite Cavalcante
Téc. em Contabilidade Bernardo Rodrigues De Souza
Técnico em Contabilidade Grimaldi Gonçalves Dantas
Téc. em Contabilidade José Augusto Costa Sobrinho
Téc. em Contabilidade José Cléber da Silva Fontineles
Téc. em Contabilidade José Lopes Castelo Branco
Téc. em Contabilidade José Odilon Faustino
Téc. em Contabilidade Miguel Ângelo Martins Lara
Técnico em Contabilidade Paulo Luiz Pacheco
Técnico em Contabilidade Pedro Miranda

Conselheiros Suplentes

Contador Amândio Ferreira dos Santos
Contador Antônio Carlos Dóro
Contador Carlos Henrique Menezes Lima
Contador Cláudio Morais Machado
Contador Décio Sarda
Contador Delmiro da Silva Moreira
Contador José Corrêa de Menezes
Contador Luiz Antonio Balaminut
Contador Orismar Parreira Costa
Contador Paulo César de Castro
Contador Pedro Alves
Contador Rivaldo Costa Sarmento
Contador Roberto Carlos Fernandes Dias
Contador Wellington do Carmo Cruz
Contadora Elizabeth Coimbra Lisboa
Contadora Eulália das Neves Ferreira
Contadora Marly das Graças Amorym Tocantins
Contadora Verônica Cunha de Souto Maior
Téc. em Contabilidade Aluizio Pires de Oliveira
Téc. em Contabilidade Gilsandro Costa de Macedo
Téc. em Contabilidade João Valdir Stelzer
Téc. em Contabilidade José Amarísio Freitas de Souza
Téc. em Contabilidade Mário César de Magalhães Mateus
Téc. em Contabilidade Mário Rodrigues de Azevedo
Téc. em Contabilidade Paulo Viana Nunes
Téc. em Contabilidade Ronaldo Marcelo Hella
Téc. em Contabilidade Vivaldo Barbosa Araújo Filho

Editorial

Palavra da Presidente

Maria Clara Cavalcante Bugarim

Diante do farto cardápio de leituras oferecidas aos participantes do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, em Gramado-RS, o leitor reservará, tenho certeza, espaço à mesa para a degustação informativa do seu Jornal do CFC. Este número 94 – cuja distribuição coincide com a abertura do Evento –, além de naturais referências ao Congresso, traz outras importantes matérias do interesse permanente dos profissionais da Contabilidade.

Em primeiro lugar, tem-se no alvissareiro reconhecimento da Capes – respeitável órgão do Ministério da Educação –, conferindo pontuação aos nossos trabalhos científicos, mais uma prova do valor incontestado da contribuição dos pensadores brasileiros para o avanço das Ciências Contábeis. Justo quando se trabalha o lema “Contabilidade: ciência a serviço do desenvolvimento” e, oportunamente, foi esta edição do CBC dotada de um Comitê Científico do mais alto nível para a seleção dos trabalhos apresentados.

A reportagem com o Presidente da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), Agustín Lizardo, é muito esclarecedora quanto ao futuro do profissional contábil. Os desafios da convergência, objeto da sua palestra, já estão presentes, demandando ação imediata, em particular, dos que fazem a contabilidade das grandes empresas. O CFC tem encarado de frente essa questão, valendo-se da imprescindível parceria de instituições representativas do meio contábil nacional. O desafio maior diz respeito, diretamente, à formação do Contador do futuro, com ampla visão de mundo, futuro esse ao qual o Brasil já chegou, até por força da legislação, a exemplo da recente Lei das Sociedades Anônimas.

Esta Edição contém ainda várias matérias do maior interesse dos profissionais que crescem junto com a Contabilidade, com destaque para a realização no Brasil, no período de 24 a 26 de setembro de 2009, da 3ª edição da Conferência CReCER – Contabilidade e Responsabilidade para o Crescimento Econômi-

co Regional, evento promovido pelo Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Federação Internacional dos Contadores (Ifac).

Com o apoio da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), mais um bom livro vem a lume, desta feita no interesse direto de mais de mil Instituições de Ensino Superior do Brasil. Trata-se da contribuição do Sistema CFC/CRCs, materializada na “Proposta Nacional de Conteúdo para Curso de Ciências Contábeis.”

No cumprimento de suas atribuições legais, ainda, o CFC implementa várias ações e projetos das áreas de Fiscalização e Registro. Por outro lado, as Normas Brasileiras de Administração Aplicadas ao Setor Público estão merecendo a devida atenção. Leiam-se o artigo do Professor Lino Martins da Silva e a reportagem sobre a verdadeira maratona de divulgação que tem sido o Seminário Nacional para definir as primeiras NBCs.

Caro Congressista, faço uso deste espaço, conforme venho insistindo em outras oportunidades, para lembrar-lhe do nosso desafio do PÓS-EVENTO do 18º CBC. Diante da amplitude de tão largos horizontes, do desafio de presenciar, captar e processar tamanha pauta de conhecimentos e, até mesmo, da impossibilidade de cada participante, por mais interessado que seja, de acompanhar toda a programação prevista para os cinco dias, convoco os participantes para assumirem, em suas respectivas cidades, no mês de setembro, as atividades do PÓS-EVENTO. É que, mesmo tendo superado as expectativas de público, este CBC reunirá menos de 2% dos contabilistas brasileiros. Tanto esforço e inteligência da classe precisam ser otimizados e democratizados o máximo possível. Você não concorda?!



Acácio Pinheiro

Expediente

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE
SAS - QUADRA 5 - BLOCO J - Ed. CFC
CEP 70070-920 - BRASÍLIA-DF
TEL: (61) 3314-9600 - FAX: (61) 3314-9514
www.cfc.org.br - cfc@cfc.org.br

Permitida a reprodução de qualquer matéria, desde que citada a fonte.

Jornal do CFC

Ano 11 - Nº 94 - julho/agosto 2008
EDIÇÃO/JORNALISTA RESPONSÁVEL: Fabrício Santos - DF 2887JP
REDAÇÃO: Fabrício Santos e Marietela Giroto
PROJETO GRÁFICO: Marcus Hermeto
DIAGRAMAÇÃO: Marcus Hermeto
REVISÃO: Maria do Carmo Nóbrega e Patrício Noronha
COLABORAÇÃO: Rosângela Bekman e Hellen Loures
TEL: (61) 3314-9513
comsocial@cfc.org.br
Tiragem: 75.000 exemplares

repec

Acesse o site www.repec.org.br
e conheça a Revista de Educação
e Pesquisa em Contabilidade

Congresso Brasileiro de Contabilidade obtém pontuação da Capes

O 18º CBC, a ser realizado no período de 24 a 28 de agosto deste ano, em Gramado (RS), foi avaliado pelo Sistema Qualis da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), para o triênio 2007/2009, recebendo o conceito Nacional B. A informação é do coordenador do Comitê Científico do 18º CBC, Valcemiro Nossa, que recebeu a notícia do vice-coordenador da área de Administração, Contabilidade e Turismo da Capes, Reinaldo Guerreiro.

Esta é a primeira vez que o CBC

é avaliado pelo Qualis – um sistema de classificação dos congressos e das revistas para atribuição de pontuação aos autores dos trabalhos publicados ou apresentados, seguindo uma escala de dupla entrada relativa ao âmbito de circulação (internacional e nacional) e à sua qualidade (A-alta e B-média). A Capes utiliza o Qualis para fundamentar o processo de avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (*stricto sensu* – mestrado e doutorado).

Com a atribuição do conceito Nacional B pela Capes, os autores de trabalhos apresentados no 18º CBC receberão um ponto dos Programas de Pós-Graduação aos quais estão vinculados. Para as Instituições de Educação Superior (IESs) que mantêm esses Programas, a classificação da Capes significa um incentivo à participação dos pesquisadores nos Congressos.

“Estamos muito satisfeitos com a classificação, pois representa o resultado de um grande esforço de melhoria científica do Congresso, que garantiu um salto de qualidade nos trabalhos a serem apresentados e na credibilidade do evento”, afirmou a presidente do Conselho Federal de Contabilidade, Maria Clara Cavalcante Bugarim, lembrando a



A presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim

importante atuação do Comitê Científico, composto por doze professores doutores em Contabilidade.

O coordenador do Comitê Científico também manifestou satisfação com a avaliação da Capes e garantiu que os esforços continuarão. Segundo Valcemiro Nossa, a pontuação do Congresso Brasileiro de Contabilidade significa o reconhecimento do órgão oficial do Governo ao nível científico do evento, que permanecerá recebendo melhorias para buscar, futuramente, o conceito Nacional A.



Professor Valcemiro Nossa

Eliseu Martins recebe Medalha João Lyra

O professor Doutor Eliseu Martins será um dos grandes homenageados na solenidade de abertura do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, no dia 24 de agosto, no Serra Park, em Gramado (RS). Ele receberá a Medalha Mérito Contábil João Lyra, honraria que condecora aqueles que, no campo das atividades científicas, educacionais, culturais, administrativas e profissionais, tenham-se destacado, de forma notável ou relevante,

e contribuído, direta ou indiretamente, para a valorização da classe contábil.

Em entrevista ao Jornal do CFC, o professor Eliseu disse que o Congresso representa o ponto máximo da reunião da categoria para discutir tanto assuntos pertinentes ao exercício da profissão quando a aspectos técnicos de altíssimo nível. “São dois ângulos extremamente importantes que, juntos, fortalecem a classe”, afirma.



Professor Eliseu Martins

Agustín Lizardo

Natural da República Dominicana, o presidente da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC) é palestrante do 18º CBC – painel magno “Os desafios da convergência”, programado para acontecer no dia 25 de agosto. Nesta entrevista, ele fala sobre o desafio de presidir a AIC, aborda a convergência às normas internacionais e avalia outras importantes questões da Contabilidade.

O Senhor assumiu a presidência da AIC em 2007. Quais as prioridades de sua gestão e que resultados espera alcançar até o término de seu mandato?

Minha primeira aspiração como presidente é projetar uma nova imagem da AIC. Não uma imagem fictícia ou aparente, mas uma que seja reflexo da realidade, da transformação que se projeta. Ou seja, uma imagem institucional que derive de mudanças na estrutura e na funcionalidade não somente da AIC, mas também dos organismos patrocinadores que a integram. Refiro-me a programas de certificação profissional estimulados pela AIC e pelos organismos internacionais de crédito, como o BID e o BIRD. Eu gostaria de elevar o perfil do contador quanto a sua preparação acadêmica. Nesse sentido, estamos promovendo um currículo unificado e uma convergência de competências técnicas, das habilidades necessárias e desejáveis ao contador público: tomada de decisões, avaliação dos riscos, conduta apropriada diante de fraudes, hierarquização de fatos, capacidade para investigar indícios e descobrir achados; ponderação das técnicas oportunas para analisar determinada realidade; enfim, fatores antes não considerados pela educação tradicional.

Desse modo, os conteúdos das disciplinas que formam o currículo poderão responder às transformações do mundo de hoje, e o nível de habilidades em Contabilidade se constituir em algo desejável para a classe profissional como um todo. Assim temos convênios até agora com três universidades no Paraguai, Honduras e El Salvador para desenvolver novas habilidades em contabilidade, que com êxito se alcançará na Católica do Paraguai.

Associada à imagem está a conduta ética. E como hoje em dia o limite entre o correto e o incorreto parece desfazer-se facilmente, estamos propondo estimular nos nossos Seminários Regionais Interamericanos, Cursos para Alta Gerência,

Conferências Interamericanas e Cúpula das Américas, entre outros eventos patrocinados pela AIC, a ética profissional, os modelos de conduta apropriados, a transparência nas contas públicas e privadas e a implantação da interrogação fundamental do ser ou não ser. Desse modo, se, ao final da minha gestão pudermos ter alcançado uma imagem institucional baseada em fatos e projetada com idéias que promovam o apego aos padrões internacionais da profissão e especialmente à ética, já me daria por satisfeito.

A Associação Interamericana de Contabilidade foi constituída em 1949. Com quase 60 anos, a entidade tem cumprido plenamente os objetivos para os quais foi fundada?

Sim e não. SIM porque, quando Juan Angel Gil (de Porto Rico), Roberto Casas-Alatriste (do México) e Francisco D’Áuria (do Brasil) conceberam a primeira CIC (Conferência Interamericana de Contabilidade) e dela participaram ativamente, os objetivos de se unificarem critérios, tecnologia, métodos de estudo e práticas contábeis começaram a disseminar-se de maneira automática. As Conferências eram esperadas como a fonte-chave para conhecer os últimos acontecimentos técnicos da profissão. Devo assinalar que nos informes contábeis de consultoria e de auditoria se fazia referência às conclusões das conferências da CIC como a autoridade técnica prevalente (recorde-se que a fundação do IASC e da IFAC data dos anos 70). E NÃO porque muitos sonhos e aspirações da AIC ainda não se converteram em realidade. A AIC nasceu como um evento, não como uma entidade, no ano de 1949; em homenagem a isso se declara a data de 17 de maio como o Dia do Contador das Américas, que é celebrado na maioria dos países do continente.

Vinte e cinco anos depois, em 1974, criou-se a Associação como entidade incorporada em território

norte-americano (Porto Rico). Foi o melhor intento de institucionalização sob a mão certa de Luís María Matheu (Argentina – falecido), Iberê Gilson (Brasil – falecido), John Marshal (Canadá), Antonio Castilha (Chile), Simeón Caballero (Peru – falecido), Ramón Rivera Marrero (Porto Rico – falecido) e Guillermo Orellana (El Salvador – falecido), que impuseram um novo ritmo e novas tarefas à AIC.

Se se examinam os objetivos iniciais da AIC, em 1949, e se analisam muitos dos pontos estratégicos que a AIC persegue hoje, teremos de convir que há um denominador comum: “alcançar uma profissão forte e coerente em todo o continente americano, a qual cumpra com suas responsabilidades perante a sociedade mediante um exercício ético, idôneo e transparente, garantindo a confiança pública dentro de um sincero intercâmbio e uma fraternal convivência”, como reza nossa missão. Assim dizíamos ontem e por isso lutamos hoje.

De modo geral, no continente americano, qual a avaliação que o senhor faz do momento atual da profissão contábil?

O momento atual é de transição. Geralmente, o período de transição gera alguma confusão. Sem dúvida, o estabelecimento das IFRS e ISA é o ponto mais relevante da agenda internacional. Todos convergem quanto a isso. No entanto, a instauração dessas normas nos diversos países, especialmente as de contabilidade, tem sido traumática; em nosso juízo, o processo de assimilação de normas já passou por várias etapas. Mesmo assim, seguiremos insistindo na instauração de uma só linguagem contábil nas Américas.

A AIC promoveu a Conferência Interamericana de Auditoria e Tecnologia (Auditec), de 16 a 18 de março, em Orlando (EUA). Qual a avaliação

que o senhor faz deste primeiro grande evento em sua gestão e quais foram os resultados?

A Auditec é um grande passo no estabelecimento de um evento que veio para permanecer e marcar a pauta comum de auditoria e tecnologia. O resultado do evento é a apreciação de uma elevada qualidade técnica no tratamento da temática e na eleição de expositores. As ferramentas que o evento traz constituem uma base metodológica para o trabalho profissional e provisionarão aqueles que o captarem e aplicarem. É uma contribuição fundamentalmente educativa e de posicionamento institucional em uma área importante e de prestígio.

Paralelamente à Auditec, ocorreu a Reunião dos Presidentes dos Organismos Patrocinadores da AIC conjunta com os diretores de cada país. Quais foram os principais temas discutidos nessa reunião? E que objetivos ou resultados o senhor avalia terem sido alcançados nessa reunião?

A Junta de Presidentes de Organismos Patrocinadores da AIC teve como agenda, entre outros pontos, a situação de aplicação das IFRS na América Latina, a Conferência de Cancún 2009, a Cúpula das Américas 2008, a posição do Parlamento Europeu em relação ao IASB, o projeto Contadores sem Fronteiras de CONGOALYC-AIC, e um informe do presidente sobre seus primeiros meses à frente da AIC.

Os objetivos da reunião foram amplamente alcançados, já que os diretores de cada país expuseram os êxitos e os desafios na implementação das IFRS em seus respectivos países, concordando-se em estabelecer um formato que contenha os pontos-chaves que devem ser discutidos na próxima reunião.

Quanto ao Parlamento Europeu e seu documento de posição, expuseram-se os temas centrais a seguir.

O IASB acusa falta de: Transparência; Responsabilidade; Legitimidade; Critérios de Contabilidade para PMEs. E questiona: Por que uma entidade privada pode legislar sobre uma comunidade pública e de outro país? O documento foi apresentado pelo ex-presidente Dr. Leonardo Rodríguez, que é membro do Conselho Consultivo do IASB para PMEs e conhecedor profundo desses temas.

Outro tema de singular importân-

cia foi o dos Contadores sem Fronteiras, que pretende criar sensibilidade na Contabilidade Pública quanto à consideração desses mesmos contadores como sujeitos de controle, ou seja, antes que promovam controle relativo às ajudas nacionais e internacionais quando ocorrem catástrofes naturais no mundo inteiro. Todavia, é a única profissão que não tem contadores sem fronteiras no âmbi-

o impacto da AIC na profissão contábil em cada país e, por outro lado, estabelecer sugestões concretas que permitam o desenho de um plano estratégico renovado, já que o último conta com mais de 13 anos.

Maria Clara Cavalcante Bugarim, a presidente do CFC, é uma integrante fundamental da referida comissão por seu amplo domínio dos assuntos relativos a conselhos de



Agustín Lizardo

to das Nações Unidas. A AIC está providenciando tal criação e espera a colaboração de todos neste projeto de solidariedade.

Na reunião dos Organismos Patrocinadores, o senhor constituiu uma comissão composta por representantes de organismos, incluindo-se a presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim. Quais são os demais membros da comissão e qual o trabalho que essa comissão deverá desenvolver?

A Comissão de Diagnóstico e Plataforma Estratégica está formada por Juan Antonio Flores (de Porto Rico), Ana Corcio (do Panamá), Leonardo Rodríguez (dos EUA), José Aguirre (de El Salvador), René A. Fernández (de El Salvador), Luis Werner-Wildner (do Chile), Luis Sánchez de la Puente (do Peru) e Maria Clara Cavalcante Bugarim (do Brasil), tendo como objetivo avaliar

profissão e por sua aguda percepção de problemas potenciais.

No Brasil, em janeiro de 2008, entrou em vigor a Lei n.º 11.638/2007, que torna possível a adoção do padrão contábil internacional (International Financial Reporting Standards - IFRS) pelo país. Na sua opinião, quais os principais ganhos que o Brasil e a profissão contábil brasileira poderão obter com a adoção das IFRS?

Os benefícios da adoção das IFRS são múltiplos. Assinalo alguns:

- Linguagem comum em nível internacional. Os capitais internacionais olham com simpatia os países que têm uma linguagem comum nos negócios e esta linguagem comum são as IFRS.
- Do mesmo modo, o capital brasileiro pode ter acesso às bolsas internacionais sem maiores percalços, já que a partir de 2009 a bolsa de

Nova Iorque vai receber informes financeiros em IFRS, além das que já recebe em US-GAAP.

A AIC, ainda na sua gestão como presidente, irá realizar a 28ª Conferência Interamericana de Contabilidade (CIC), em Cancun - México. O senhor poderia nos dar um panorama do que se espera deste evento e como estão os preparativos para sua realização? Qual a data e quantos conferencistas estão sendo aguardados?

A CIC, que ocorrerá em Cancun, será a de número XXVIII. Até agora a maior foi a de 95, com mais de 2.800 participantes.

Desta vez será em Cancun, Riviera Maya, uma área emergente belíssima para turismo, no Hotel Palace, que disponibiliza serviço completo e de qualidade insuperável. Isso quanto às condições físicas e turísticas. Em termos de organização, contamos com a experiência de profissionais mexicanos e com todo o seu entusiasmo. Estamos apenas na fase preliminar e se está confeccionando o programa técnico. A data será de 25 a 28 de outubro de 2009, se Deus quiser, e esperamos um número maior de expositores e painelistas que em outras conferências.

Na sua visão, qual a importância da participação dos contadores, independentemente do país de origem, nos congressos, conferências, seminários e outros eventos da classe contábil?

A educação continuada é a única garantia paupável que a classe contábil tem assumido: um compromisso com seu desenvolvimento profissional e com a qualidade de seu serviço. Em razão disso, somos da opinião de que a educação continuada depende da vontade de cada parte, mas não é menos correto que constitui também responsabilidade da entidade profissional preparar, promover e controlar a educação de seus membros e isso se alcança em congressos, conferências, seminários e outros eventos voltados para o conhecimento, sem menosprezar o auto-estudo. Geralmente, as mudanças são menos traumáticas quando nos preparamos para recebê-las e a melhor fonte é a educação. Assumamos o compromisso de nosso desenvolvimento profissional.

Lopes de Sá lança mais dois livros no 18º CBC

Os participantes do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade terão a oportunidade de participar do lançamento oficial e simultâneo de mais duas obras do Professor Doutor Antônio Lopes de Sá. Intituladas *Consciência Ética* e *Consultoria e Análise Contábil*, as obras editadas pela Editora Juruá serão lançadas no dia 27 de agosto, no Serra Park Centro de Feiras e Eventos, em Gramado (RS).

Consciência Ética vale-se de apurada avaliação de uma filosofia do comportamento humano, fundamentada na base que rege os procedimentos éticos. O leitor encontrará associação de conhecimentos filosóficos, científicos e históricos, de modo a apresentar com maior dose de realidade as diretrizes

oferecidas aplicáveis no exercício das funções no lar e no trabalho. Na obra, Lopes de Sá, sem rigores expositivos e sofisticadas, analisa causas e efeitos, ou seja, o que deflui das consciências, partindo do princípio de que estas são origens dos fatos. Nota-se também que o livro trata das bases da Ciência Ética de forma singela, de modo a ensinar ao leitor a apreciação de temas como se fossem isolados, mas que, na realidade, parte de um grande conjunto.

Já *Consultoria e Análise Contábil*, por sua vez, traz a aplicação da ciência da Contabilidade para o desempenho da Consultoria. Além de tratar da conduta ética do consultor, o autor analisa científica, qualitativa e quantitativamente o capital. Seguindo

o que há de mais moderno em Contabilidade como ciência, o título traz as bases de um neopatrimonialismo aplicado, com modelos para a prosperidade, para a capacidade lucrativa e para o equilíbrio da empresa. Ao tratar de um tema pouco explorado, que é a reintegração do capital e dos riscos inerentes ao funcionamento da riqueza, Lopes de Sá oferece modelos inéditos de análise de balanços.

Lopes de Sá é um dos detentores de notório conhecimento contábil, com cerca de 160 obras publicadas no Brasil, na Espanha e na Argentina, as quais versam sobre assuntos ligados à Contabilidade. Seus livros são adotados oficialmente por universidades no exterior.

Como foi escrever dois livros ao mesmo tempo e com assuntos distintos?

O conhecimento não ocupa lugar. Agrada-me transmitir o que acumulei em cultura e em experiência, pois é uma forma de ser útil à comunidade, aos que necessitam de razões para refletir. Se tratarmos de três assuntos, como ocorreu – um de História, outro de Filosofia do comportamento humano e outro de Ciência –, a mente descansa ao variar de tema em vez de se cansar. Sempre encontrei na arte de escrever uma justificativa para cumprir a minha missão nesta passagem pela Terra.

Qual é a sua expectativa para este lançamento, já que no 18º CBC estarão presentes mais de cinco mil profissionais?

A classe sempre prestigiou nossas obras e muitas já passaram de 10 edições. Espero que os colegas possam ter interesse pelos temas editados. Assim tem ocorrido em todos os eventos, quer no Brasil, quer na Europa, como tem sucedido. O que escrevo é uma oferenda a eles. Lembro-me bem quando estive no Rio Grande do Sul, no VI Congresso Brasileiro de Contabilidade. A Classe não tinha os recursos dos quais hoje dispõe para realizar um evento de tal envergadura, mas o entusiasmo, a liderança de ícones, como Francisco D'Áuria, Iberê Gilson,

Zilmar Bazerque de Vasconcelos, Joaquim Monteiro de Carvalho e outros, fizeram do evento um marco que ofereceu o primeiro modelo de Plano de Contas para uma padronização. Desta vez, todavia, também com os seus ícones, mas, com muito maior poder financeiro, a classe realiza o que poderá ser o maior evento nacional de nossa categoria. O de Santos já foi extraordinário, mas este se prenuncia como um que irá superar o realizado em São Paulo. Tudo isso se deve à notável equipe e à direção do CFC, liderado pela Professora Maria Clara.

Quantos livros o senhor já escreveu para os profissionais da contabilidade?

Tenho editados cerca de 160 volumes; escritos e não editados, mais de 28.

Em sua opinião, qual o segmento da contabilidade que possui pouca literatura?

Sem dúvida alguma, o tema de Teoria Científica da Contabilidade.

Professor, o senhor participou de vários Congressos Brasileiros de Contabilidade, inclusive presidindo dois deles. O que o Sr. espera deste 18º CBC, que traz o lema "Contabilidade: ciência a serviço do desenvolvimento"?

Uma apoteose. Creio que superará em presenças todos os demais. O tema também foi muito bem escolhido. A Contabilidade é, em verdade, um poderoso instrumento de progresso. Em minha doutrina científica do Neopatrimonialismo, o axioma que a encima é de que "quando todas as células sociais forem prósperas, a sociedade humana também o será". E, na base essa mesma doutrina, enuncia que "A Contabilidade é a ciência que tem por finalidade a Prosperidade das células sociais". É fácil inferir que o contador é responsável pela riqueza das nações e que nossa tarefa é orientar as empresas e as instituições. A verdadeira missão do profissional da Contabilidade é ser um consultor.



Professor Antônio Lopes de Sá

Divulgação

CFC lança Proposta Nacional de Conteúdo para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis



O contexto atual da Contabilidade no Brasil, as tendências do mercado e a qualidade do ensino contábil são focos de permanente atenção por parte do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e motivaram a elaboração do livro Proposta Nacional de Conteúdos para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis. Com lançamento previsto para acontecer no 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC), a obra tem a finalidade de ser uma contribuição do Sistema – que reúne o CFC e os 27 Conselhos Regionais de Contabilidade – à socie-

dade brasileira, propondo disciplinas e conteúdos que refletem as disposições atuais e que podem satisfazer as necessidades do profissional contábil na era do conhecimento.

A elaboração do livro contou com o trabalho de um grupo de professores, integrantes da Comissão criada pela Resolução CFC n.º 13/06: Maria Clara Cavalcante Bugarim, presidente do CFC; Juarez Domingues Carneiro (coordenador), vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do CFC; Ana Tércia Lopes Rodrigues; Marisa Luciana Schwabe de Moraes; José Antonio de França e José Joaquim Boarim.

Segundo o vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CFC, José Martonio Alves Coelho, esse trabalho foi orientado para atender à Resolução do Ministério da Educação CNE/CES n.º 10/04, nos segmentos de educação presencial e a distância. Dessa forma, a Proposta pretende ser um subsídio para a organização da matriz curricular dos cursos de Ciências Contábeis, podendo ser adaptada em função das características regionais ou por força de novas regulamentações da política educacional do País.

Para a elaboração da Proposta, a Comissão contou com sugestões de professores e de coordenadores de cursos de vários estados, inclusive submetendo o trabalho à apreciação dos participantes do II Encontro Nacional de Coordenadores do Curso de Ciências Contábeis, realizado na sede do CFC nos dias 29 e 30 de março de 2007.

“Talvez sejamos o único conselho de classe do País a ter uma proposta de matriz curricular padrão para os cursos de graduação em Ciências Contábeis”, afirma Juarez Domingues Carneiro. Ele explica que o livro é uma proposta aberta, a ser melhorada continuamente, a partir da contribuição dos professores das mais de mil Instituições de Educação Superior (IESs) do Brasil que possuem cursos de Ciências Contábeis.

O vice-presidente de Desen-

volvimento Operacional do CFC e coordenador da comissão que elaborou a Proposta lembra ainda que, atualmente, a profissão contábil está crescendo e há novas oportunidades surgindo no mercado de trabalho. “Essa realidade exige mais qualidade e padronização no ensino da Contabilidade para a adequada formação dos profissionais, por isso buscamos formular uma proposta de matriz curricular para atender a esse mercado em ascensão”, afirma Juarez Domingues Carneiro.



Juarez Domingues Carneiro, José Antonio de França, José Joaquim Boarim, Ana Tércia Lopes Rodrigues e Marisa Luciana Schwabe de Moraes

Divulgação

Brasil vai sediar o 3º CReCER



A terceira edição da Conferência CReCER – Contabilidade e Responsabilidade para o Crescimento Econômico Regional será realizada no Brasil, de 24 a 26 de setembro de 2009. O local do evento está sendo selecionado pelos organismos internacionais que compõem o CReCER. A informação foi dada pelas entidades que promovem o evento: o Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Federação Internacional de Contabilidade (IFAC). O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) também irá participar da organização da Conferência, voltada aos profissionais contábeis

e de auditoria da América Latina, América Central e do Caribe.

O evento CReCER surgiu em 2007, a partir da associação das três entidades, com a finalidade de ser um encontro de âmbito internacional para que a profissão contábil e auditoria pudessem debater e compartilhar experiências, tendências internacionais e melhores práticas de governança corporativa, suprimindo uma deficiência até então existente na América Latina, América Central e Caribe. O título da Conferência – Contabilidade e Responsabilidade para o Crescimento Econômico Regional – é derivado do original em inglês: *Accounting and Accountability for the Regional Economic Growth*.

A 1ª Conferência CReCER ocorreu na Cidade do México, em junho de 2007, e contou com a participação de mais de 500 profissionais de con-

tabilidade e auditoria, tanto da área privada como da governamental. O impacto e a repercussão causados nos participantes motivaram as três instituições promotoras do evento a realizarem a 2ª Conferência, em junho de 2008, na cidade de San Salvador, em El Salvador. Novamente, os tópicos discutidos na segunda edição do evento causaram impacto positivo nos quase 500 profissionais participantes, provenientes de vários outros continentes.

Segundo os organizadores, o 3º evento surgiu naturalmente como conclusão aos dois eventos exitosos e a firme convicção de que há uma necessidade da classe de manter-se continuamente atualizada com os acontecimentos internacionais, com o intercâmbio de idéias e lições aprendidas. Entre muitas opções, o Brasil despontou como candidato natural do continente sul-americano,

com comprovada experiência na preparação de seminários internacionais, além de ser detentor de uma profissão contábil pujante e uma grande liderança institucional, que rapidamente está incorporando o País aos padrões internacionais de contabilidade e auditoria, tanto no setor privado como no setor governamental.

Informações sobre a 1ª e 2ª Conferências CReCER podem ser encontradas no site www.creceramericas.org.

Fiscalização do CFC divulga projetos

Para o cumprimento das atribuições do Conselho Federal de Contabilidade como órgão coordenador das atividades de fiscalização do exercício profissional do Sistema CFC/CRCs, a Vice-presidência de Fiscalização, Ética e Disciplina mantém em constante desenvolvimento o Programa de Fiscalização, de âmbitos preventivo e ostensivo, e renova,



O vice-presidente de Fiscalização do CFC, Enory Luiz Spinelli

periodicamente, os projetos em execução. Neste segundo semestre, alguns dos projetos que serão executados prevêem reforço no acompanhamento, no apoio e na orientação ao Setor de Fiscalização dos CRCs; realização de palestras às Instituições de Ensino Superior; e divulgação de um folder, abordando a obrigatoriedade da Contabilidade às empresas optantes pelo Simples Nacional.

O vice-presidente de Fiscalização, Ética e Disciplina, Enory Luiz Spinelli, enfatiza que as ações desenvolvidas na área devem ser exercidas com abrangência, envolvendo todos os Regionais, na construção gradativa de um trabalho o mais próximo da uniformidade no seu conjunto. Ele acrescenta que isso é importante, principalmente, em momentos de grandes mudanças, como no presente, sem perder de vista as diretrizes do CFC, respeitando-se as características e a gestão de cada Conselho Regional.

No primeiro semestre, foram julgados 685 processos em grau de recurso pela Câmara no CFC até o mês de junho. Deve-se ressaltar, segundo Spinelli, o

treinamento de capacitação dos conselheiros das Câmaras de Fiscalização e Julgamento dos 27 Regionais. “O objetivo é trabalhar sempre pela qualificação do padrão de fiscalização e julgamento”, destaca o vice-presidente. “É imprescindível manter um trabalho constante com os fiscais do Sistema, para que a boa prática no exercício da profissão contábil seja respeitada e valorizada”, afirma.

Além disso, a Vice-presidência irá investir em um curso aos chefes de fiscalização dos CRCs, com a finalidade de abordar as mudanças introduzidas pela Lei n.º 11.638/07 e o cumprimento da efetiva realização da Revisão pelos Pares, em cumprimento à Resolução n.º 308 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e que vem sendo desenvolvida pelo Comitê Administrador do Programa de Revisão Externa de Qualidade (CRE).

Outro projeto a ser iniciado neste semestre está relacionado ao Sistema Integrado de Fiscalização e Tramitação Processual (SFI), que sofreu alterações, buscando a integração dos 27 Regionais

ao CFC e o aprimoramento dos controles na gestão de processos. Diante dessas mudanças, serão realizados cursos destinados aos auxiliares administrativos e aos fiscais do Sistema, para que eles possam utilizar todas as ferramentas disponíveis.

Ainda, está programada a revisão do Manual de Fiscalização, do Manual de Procedimentos Processuais e a Resolução CFC n.º 949/2002. “Também pretendemos iniciar os estudos e coletar informações no sentido de se rever a Resolução CFC n.º 872/2000 que regulamenta e disciplina o uso da DECORE”, informa o vice-presidente.

No plano de trabalho para os próximos meses, estão também previstas palestras a serem ministradas por conselheiros da Câmara e funcionários da Vice-presidência de Fiscalização. Para Enory Spinelli, a fiscalização preventiva é um processo educativo e evolutivo que busca a qualificação, a melhoria nas relações profissionais, o aperfeiçoamento técnico, a aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade e dos princípios éticos.

Controle Interno publica Manual de Auditoria

Para garantir maior uniformidade às ações desenvolvidas pelo Sistema – que reúne o Conselho Federal (CFC)

e os 27 Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs) –, o CFC tem mantido a publicação sistemática e atualizada de informações técnicas, com dados gerenciais, agrupadas e editadas em formato de manuais. Em função dessa metodologia de gestão, o CFC está lançando o Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs.

Elaborado pela Vice-presidência de Controle Interno, o livro traz as diretrizes necessárias para nortear, de forma sistematizada e coordenada, as ações dos auditores do Sistema no exercício de suas funções. Além disso, esta publicação tem como objetivo servir de orientação para os CRCs e os demais profissionais da sociedade

que buscam subsídios acerca dos procedimentos adotados pela auditoria do Sistema CFC/CRCs e das imposições normativas.

“Apesar de todo esforço da comissão encarregada de elaborar este guia e das contribuições recebidas, sabemos que o aperfeiçoamento do Manual deverá ser constante”, afirma o vice-presidente de Controle Interno do CFC, Adeildo Osório de Oliveira. A Comissão de Trabalho foi composta pelos conselheiros do CFC Wellington do Carmo Cruz (coordenador) e Rivoldo Costa Sarmento e pelos contadores Olímpio Carlos Teixeira, de Mato Grosso do Sul, e Pretextato Salvador Quaresma Gomes de Oliveira Mello, do Ceará, com auxílio dos auditores da Coordenadoria de Controle Interno do CFC.

Adeildo Osório de Oliveira afirma ainda que a publicação procura atender à necessidade de se modernizar a auditoria do Conselho Federal de Contabilidade: “Há muito vimos procurando um aprofundamento na melhoria de qualidade e buscando atingir o estado da arte”.

O Manual de Auditoria do Sistema CFC/CRCs, além de reunir os procedimentos de auditoria, traz também conceitos básicos sobre a matéria, programa de trabalho, check-list, planejamento, papéis de trabalho, procedimentos técnicos, relevância e critérios de auditoria, entre outros itens.

Para os interessados, o livro poderá ser visualizado ou impresso (arquivo em PDF) no site do CFC – www.cfc.org.br, no link biblioteca/edições do CFC.



Vice-presidência de Registro destaca projetos

A nova carteira de identidade do profissional contábil é um dos projetos prioritários da Vice-presidência de Registro do Conselho Federal de Contabilidade. Lançado em outubro de 2007, o moderno documento está sendo expedido aos novos contabilistas registrados e também aos demais profissionais da área que fizeram a solicitação nos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs). Muitos Regionais, inclusive, têm feito a entrega das novas carteiras em eventos solenes.

A vice-presidente Luci Melita Vaz destaca que, além de leiaute moderno, o novo documento possui vários dispositivos para se evitarem fraudes e possui chip de memória que possibilita a gravação de dados cadastrais e certificação digital. “O CFC e os Conselhos Regionais de Contabilidade, ao adaptar o documento de identidade do profissional à atual realidade tecnológica, buscam contribuir para maior credibilidade e segurança nos trabalhos contábeis”, afirma Luci.

Durante o 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, a ser realizado no período de 24 a 28 de agosto de 2008, em Gramado (RS), os contabilistas congres-

sistas poderão requerer e receber a nova carteira de identidade profissional.

Outros projetos

Além da nova carteira de identidade, a Vice-presidência de Registro vem desenvolvendo outros projetos, destacando-se a elaboração de manuais, que visam uniformizar ações e procedimentos desenvolvidos em todos os Regionais, a realização de treinamentos aos novos conselheiros das Câmaras de Registro e aos funcionários dos setores de registro dos CRCs e o assessoramento e apoio aos setores de registro dos CRCs.

Como a principal função das Câmaras de Registro é julgar os processos de pedidos de registro e de baixa dos profissionais e das organizações contábeis, a Câmara de Registro e a Coordenadoria de Registro do CFC ministraram treinamentos aos conselheiros dos CRCs empossados em 2008.

Segundo a vice-presidente, esse trabalho buscou aprimorar os conhecimentos técnicos necessários para a realização das atividades das Câmaras e dotar os conselheiros de conhecimentos sobre a legislação pertinente.

A Vice-presidência de Registro está

criando dois manuais: o novo Manual de Registro e o Manual de Uso do Sistema Cadastral. A criação de um novo Manual de Registro se justifica, pois o atual foi criado em 2000 e possui várias resoluções que foram alteradas nos últimos anos – como a 960/03 (Regulamento Geral dos Conselhos de Contabilidade), a 1.097/07 (Registro Profissional) e a 1.098/07 (Registro Cadastral de Organizações Contábeis). Um dos pontos principais a ser analisado nesse novo Manual será a desburocratização das atividades de registro profissional e cadastral, visando aperfeiçoar os procedimentos nos CRCs e para os contabilistas.

Quanto à elaboração do Manual de Uso do Sistema Cadastral, o CFC busca atender a uma reivindicação dos Regionais, contemplando nessa publicação o passo a passo de como realizar as atividades inerentes ao sistema cadastral. “Os funcionários dos setores de Registro



Câmara de Registro: Bernardo Rodrigues de Souza, Grimaldi Gonçalves Dantas, Luiz Henrique de Souza, Luci Melita Vaz e Sebastião Célio Costa Castro

Divulgação

dos CRCs vêm demonstrando dificuldades para operacionalizar o sistema cadastral, notadamente para extrair relatórios gerenciais”, afirma Luci Melita Vaz, explicando a necessidade de edição do Manual. Esse Manual, objetiva, também, padronizar os procedimentos no Sistema CFC/CRCs.

O Projeto de Assessoramento e Apoio aos Setores de Registro dos CRCs já foi desenvolvido em 26 (vinte e seis) CRCs. Seu principal objetivo é levantar dados e conhecer a realidade de cada um dos setores de registro.

REPeC já tem história

Em janeiro do ano passado, o Conselho Federal de Contabilidade lançou a sua primeira revista eletrônica, intitulada Revista de Educação e Pesquisas em Contabilidade (REPeC). De lá pra cá, a revista, que tem periodicidade quadrimestral, já fez história e hoje é acessada pela comunidade acadêmica de todo o País que procura um periódico técnico e de qualidade na área de Ciências Contábeis.

A REPeC foi concebida com o intuito de incentivar a criação e a difusão de co-

nhcimentos técnico-científicos, visando estabelecer um contato permanente entre universidades, institutos cientistas e estudiosos com os profissionais e as empresas contábeis no âmbito nacional.

Um dos objetivos dos idealizadores da revista, inclusive da presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, é alcançar a pontuação na Capes. Para isso, todos os envolvidos na publicação do periódico têm procurado atender a todas as orientações emanadas pelas Diretrizes de Avaliação de Periódicos

2007-2009 da Comissão de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Capes, publicadas em dezembro/2007.

Política Editorial

Em sua estrutura, a REPeC conta com um Comitê de Política Editorial do qual fazem parte os professores doutores Carlos Renato Theóphilo, Ilse Maria Beuren, Marcelle Colares de Oliveira, Valcemiro Nossa, tendo como coordenador o Professor Doutor José Francisco Ribeiro Filho.

Além disso, foi criado também o Conselho Editorial Científico, que é composto por 20 profissionais, todos professores doutores, sendo dezessete representantes brasileiros e três representantes internacionais. A REPeC possui ainda 83 avaliadores “ad hoc” e 3 professores doutores.

As indicações do corpo editorial da REPeC foram feitas de acordo com a re-



presentatividade regional e a representatividade dos programas de pós-graduação das instituições existentes no País. Segundo a presidente Maria Clara, “minha grande preocupação é manter a uniformidade, a continuidade, a qualidade e o rigor científico do teor da REPeC”.

Devido ao seu caráter de alto valor científico, a REPeC aposta na colaboração dos estudantes dos programas de pós-graduação no envio de seus artigos. O objetivo é consolidar a revista eletrônica do CFC como mais um veículo na área de contabilidade, com referência de qualidade nacional e internacional. Dessa forma, continuará na sua missão de fazer história.



Carlos Renato Theóphilo, Valcemiro Nossa, José Francisco Ribeiro e Ilse Maria Beuren

Divulgação

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Professor Lino Martins da Silva*

Em boa hora o Conselho Federal de Contabilidade criou o Grupo Assessor para elaborar as primeiras minutas das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, uma vez que os fundamentos teóricos da Contabilidade não podem conviver com interpretações diferentes para assuntos que têm a mesma natureza, como atualmente ocorre entre os diversos entes da Federação.

Nossa visão sobre esse problema é que tudo se inicia com a edição da Lei n.º 4.320/64, que representou um grande passo na modernização do sistema de orçamento ao extinguir a classificação em verbas, consignações e subconsignações, em que a despesa era classificada segundo o objeto em Pessoal, Material e Serviços, e estabelecer a denominada Classificação Funcional Programática, em que à anterior classificação pela natureza eram acrescidas as noções de Função, Subfunção, Programa, Subprograma, Projeto e Atividade.

A ênfase e a conseqüente adesão dos órgãos públicos a esse aspecto foi de tal ordem que os aplicadores da Lei passaram a observar a ação dos gestores a cada período de governo com vistas ao processo eleitoral e, por conseqüência, focavam com mais esmero as fases da execução orçamentária. Por via de conseqüência, a contabilidade patrimonial, embora inserida na Lei n.º 4.320/64, foi excluída das preocupações dos administradores e órgãos de controle tanto interno como externo.

Tal situação revela que, no setor público, os tomadores de decisão preocupam-se basicamente com os ciclos políticos (*political budget cycles theory*) que permitem demonstrar sua competência administrativa no curto prazo com vistas, por um lado, à natural exigência de prestação de contas. Por outro, com o objetivo à obtenção de um certificado dos Tribunais de Contas como uma espécie de salvo conduto a ser apresentado durante o processo eleitoral. Tal postura e tais exigências de ordem prática-legal fizeram com que a Contabilidade Patrimonial e a evidenciação dos elementos do patrimônio fossem relegados a segundo plano.

O exame atento da Constituição de 1988 mostra que o sistema de fiscalização contábil, orçamentário e financeiro preconizado no artigo 70 coloca a Contabilidade em primeiro lugar e, além da legalidade e da legitimidade, ainda indica a observância da economicidade, da aplicação de subvenções e da renúncia de receitas. Por outro lado, o artigo 74 deu aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário a obrigação de manter sistema de controle interno que permita, além da comprovação da legalidade, a avaliação dos resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão.

A nosso juízo o Constituinte de 88, sem romper com os aspectos da legalidade, estabeleceu um vetor diferente, tornando clara a responsabilidade dos órgãos e dos entes julgadores e julgados de examinarem os atos de gestão pelos aspectos da economicidade, da eficiência e da eficácia. Ocorre que, para o cumprimento de tais vetores, é preciso que os tomadores de decisão passem a se preocupar com o processo de evidenciação do patrimônio segundo os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Tais dispositivos, embora aplicados de maneira tímida, mostram a necessidade de exorcizar um passado dominado pelos sistemas orçamentário e financeiro, com a predominância na apuração das necessidades imediatas do caixa dos Tesouros que inviabilizam o tratamento de questões relativas à economicidade, à eficiência e à eficácia e a implementação de uma contabilidade voltada para o estudo integral do patrimônio do Estado e uma contabilidade de custos que permita uma avaliação global da gestão.

Em face da própria definição de Contabilidade como ciência de estudo do patrimônio, não é mais possível desconhecer que muitos dos programas, dos projetos e das atividades de responsabilidade do Estado, uma vez iniciados, passam a ter um ciclo próprio e, por conseguinte, não ficam limitados ao ano fiscal ou ao exercício financeiro a que corresponde à autorização inicial, resultando daí a sua inclusão em planos de médio e longo prazos (Plano Plurianual), cujos reflexos devem ser mensurados e avaliados no Ativo, no Passivo e no Patrimônio Líquido.

Nesse sentido, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) têm o objetivo de fazer com que a evolução dos conceitos orçamentários seja acompanhada por avanços simultâneos, mas independentes dos sistemas de Contabilidade Pública, com vistas ao acompanhamento da evolução do patrimônio, não só em decorrência da execução orçamentária como também de todos os outros ativos e passivos.

O que se preconiza com as NBCASP é que a Contabilidade Pública possa efetivamente registrar todos os fatos inerentes ao patrimônio mediante a inclusão de transações, eventos e circunstâncias, mesmo que os efeitos financeiros e orçamentários ainda não tenham ocorrido. Conseqüentemente, devem evoluir, cada vez mais, para registrar, além das receitas e das despesas tradicionalmente incluídas, as seguintes:

- a) as receitas a que o Estado renuncia em função de programas de incentivo a certas atividades econômicas (Renúncia de Receitas);
- b) os passivos originários de obriga-

ções que o estado tenha conhecimento antes da apropriação orçamentária, como as despesas referentes a precatórios, previsão para férias, etc. (Provisões, Reservas Técnicas, etc.);

c) obrigações potenciais como o diferimento de despesas relativas à manutenção futura de hospitais, escolas, delegacias de polícia, etc., “Despesas Fixas ou Permanentes relativas à Manutenção ou Manutenção Diferida”; e d) a da receita econômica e do custo de oportunidade nas ações relevantes dos Governos.

Uma das questões básicas das NBCASP é a aplicação do Princípio de Competência, reconhecido como o que fornece um quadro explícito das obrigações, auxiliando os usuários das demonstrações e administradores a ver o histórico das ocorrências nos últimos exercícios e a fazer projeções para os próximos. Sem dúvida, em períodos de crise, o regime de competência permite que os administradores públicos vejam os riscos inerentes de suas decisões e, desse modo, possam, além de melhorar o processo de planejamento, focar o contingenciamento de dívidas de curto, médio e longo prazos, ou ainda, reconhecer a liquidez de certos ativos, como é o caso dos valores inscritos na dívida ativa. Tudo isso de forma completamente independente dos ciclos políticos de curto prazo, uma vez que o objetivo é a correta e a adequada medição do patrimônio do Estado.

Com a edição das NBCASP, o Conselho Federal de Contabilidade estará transformando a Contabilidade, que deverá evidenciar todos os componentes patrimoniais e, desse modo, enxergando, na sua plenitude, os fatos anteriores, atuais ou futuros que não tenham relação direta com a execução do orçamento anual.

Assim, tudo o que tenha interesse patrimonial deverá merecer registro como elemento patrimonial, pois deixar de contabilizar certos fatos administrativos só porque ferem algum dispositivo legal é desvestir a Contabilidade do seu arcabouço científico e submetê-la à vontade de administradores temporários que, embora eleitos pelo voto popular, não têm compromisso com as funções permanentes do Estado pelas razões expostas.

Para atender a essa transformação, é necessário que todos os contabilistas deste País fiquem conscientes de que a Contabilidade Pública não pode mais ficar atrelada a aspectos da execução orçamentária e financeira nem da legalidade, como é do gosto dos juristas-legalistas e de alguns Tesouros Públicos. Ao contrário, deve avançar no sentido de apresentar

de forma integral as posições de todos os elementos patrimoniais, conforme, aliás, indica a própria Lei n.º 4.320/64.

É de se esperar que, com tal transformação e com a adoção de sistemas de custos, seja mais fácil informar à sociedade sobre o destino dos valores que são retirados do seu patrimônio a título de impostos.

Após a harmonização desses conceitos em nível nacional, é que teremos a esperada convergência às normas internacionais, não sem antes traduzir e divulgar tais normas da Federação Internacional dos Contadores (IFAC), para que os profissionais de Contabilidade brasileiros tenham acesso a todas as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS) e possam contribuir para o avanço da Contabilidade Pública.

Acredito que, com isso, estaremos colocando a Contabilidade na direção segura, para que permita:

- a) contabilizar e emitir adequadamente informes contábeis sobre bens de uso, terrenos e equipamentos, materiais e outros ativos;
- b) conhecer de forma adequada o custo dos programas, dos financiamentos e dos valores a cobrar (dívida ativa, etc.), bem como das outorgas sobre bens de uso comum e, desse modo, auxiliar na elaboração de orçamentos de exercícios subseqüentes;
- c) dar confiabilidade às estimativas e aos informes sobre passivos e custos materiais relacionados com a disposição e a limpeza de dejetos químicos e industriais, viabilizando o conhecimento de passivos ambientais de responsabilidade do Estado;
- d) determinar o valor presente de vários passivos, tais como passivos atuariais; e
- e) conhecer os custos das operações do Governo sem depender das limitações e vinculações constantes da Lei Orçamentária.



* Lino Martins da Silva é professor e especialista em Contabilidade Governamental e Finanças Públicas.

Seminário nacional vai definir primeiras NBCs da área



Membros do Grupo Assessor das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

De 15 a 17 de outubro, em Belo Horizonte (MG), irá ocorrer o Seminário Nacional das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), como parte da programação do II Fórum Nacional de Gestão e Contabilidade Públicas, promovido pelo Conselho Federal

de Contabilidade (CFC). O Seminário será um marco de uma importante etapa do projeto estratégico voltado à contabilidade pública brasileira: a consolidação das primeiras NBCASP, após amplo processo democrático de construção dessas normas.

Em meados de 2006, a presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, definiu como sendo uma das metas de sua gestão a edição, pela primeira vez no País, de Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A partir de então, a conselheira do CFC Verônica Souto Maior foi designada para constituir e coordenar um Grupo

Assessor para trabalhar e conduzir os esforços nesse sentido. Além da conselheira Verônica, compõem o Grupo os seguintes membros: Diana Vaz Lima, Domingos Poubel de Castro, Inaldo da Paixão Santos Araújo, João Eudes Bezerra Filho, Joaquim Osório Liberalquino Ferreira, José Francisco Ribeiro Filho, Lino Martins da Silva, Luiz Mário Vieira, Paulo Henrique Feijó e Sandra Maria de Carvalho Campos.

A busca pela uniformização nacional de práticas e procedimentos contábeis no setor público levou o Grupo Assessor a traçar uma metodologia de elaboração das NBCASP com participação

aberta a todos os interessados. Dessa forma, em novembro 2007 foram colocadas em audiência pública, no site dos CFC (www.cfc.org.br), as minutas das NBCASP. Essas minutas ficaram disponíveis para recebimento de sugestões até o final de março deste ano.

O passo seguinte do Grupo Assessor foi promover a discussão das minutas de forma presencial, por meio da realização de cinco seminários regionais, para facilitar o acesso dos participantes. O cronograma dos eventos foi o seguinte: dias 7 e 8 de abril, em Brasília (DF), Seminário da Região 1 (AC/AM/AP/DF/PA/PI/RO/RR/TO); dias 5 e 6 maio, no Rio de Janeiro, Seminário da Região 2 (MG/ES/RJ); dias 2 e 3 de junho, em Fortaleza (CE), Seminário da Região 3

(AL/BA/CE/PB/PE/RN/SE); dias 7 e 8 de junho, em Florianópolis (SC), Seminário da Região 4 (RS/SC/PR); e dias 4 e 5 de agosto, em São Paulo, Seminário da Região 5 (SP/MS/MT/GO).

No mês de outubro, haverá a apresentação final das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público com a consolidação de todas as sugestões e contribuições feitas nos seminários regionais e nas audiências públicas eletrônicas. Definidos os conteúdos das NBCASP, eles serão levados, em seguida, à apreciação da Câmara Técnica e do Plenário do CFC, para aprovação e posterior publicação.



Seminário I, em Brasília-DF

Divulgação



Seminário II, no Rio de Janeiro-RJ

Divulgação



Seminário III, em Fortaleza-CE

Carlos Eugênio



Seminário IV, em Florianópolis-SC

Divulgação



Seminário V, em São Paulo-SP

Divulgação

Lançamento do Balanço Socioambiental 2007

O Conselho Federal de Contabilidade vai lançar o seu Balanço Socioambiental 2007 durante o Fórum Nacional de Responsabilidade Socioambiental do Sistema Contábil – a ser realizado no dia 25 de agosto, das 10 às 12 horas, no auditório Érico Veríssimo, como parte da programação do 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade, que ocorre de 24 a 28 de agosto, em Gramado (RS).

O documento, publicado pelo terceiro ano consecutivo, apresenta informações contábeis, administrativas, financeiras, sociais e ambientais referentes ao ano de 2007,

constituindo-se em um moderno e eficaz instrumento de gestão. É um relatório importante para a tomada de decisões, demonstrando o nível de comprometimento do CFC para com a sociedade e o meio ambiente. Diferentemente das duas primeiras edições – de 2006 e de 2007 –, a atual traz expresso no título o termo socioambiental.

Segundo a presidente do CFC, Maria Clara Cavalcante Bugarim, as ações de caráter social e ambiental refletem o pensamento da entidade na identificação de contribuições, mesmo as mais simples, que permitam tornar o País

cada vez mais justo, igualitário e socialmente estável.

A publicação está estruturada em cinco capítulos: Gestão Institucional, Gestão de Pessoas, Gestão de Registro e Fiscalização – atividades-fim do Sistema CFC/CRCs – Ges-

tão Socioambiental e Balanço Social em Dados. A estrutura do documento está em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade vigentes.

Segundo o vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do CFC, Juarez Domingues Carneiro, coordenador da comissão instituída para elaborar o Balanço (Portaria CFC n.º 163/06), o CFC, quando editou o seu primeiro Balanço Social, em 2006, deu um passo muito importante para a incorporação da responsabilidade socioambiental no Sistema CFC/CRCs. “A partir do ano 2000, começaram a haver algumas iniciativas de publicação do demonstrativo nos Conselhos Regionais de Santa Catarina, Rio de Janeiro e São Paulo; em 2006, o CFC, dentro de uma visão sistêmica, editou o seu primeiro Balanço Social já com a intenção de repassar a metodologia aos Conselhos Regionais e aos contabilistas”, recorda.



Conforme o vice-presidente, o aprimoramento do modelo do documento e a transferência da metodologia para todos os CRCs efetuaram-se por meio de treinamentos ocorridos de março a junho deste ano. “Hoje, todos os Regionais estão preparados para elaborar seus Balanços e, inclusive, passar esse conhecimento às empresas contábeis, atingindo, de modo amplo, toda a classe contábil brasileira”, afirma Juarez Domingues Carneiro.



Membros da Comissão do CFC-Balanço Socioambiental

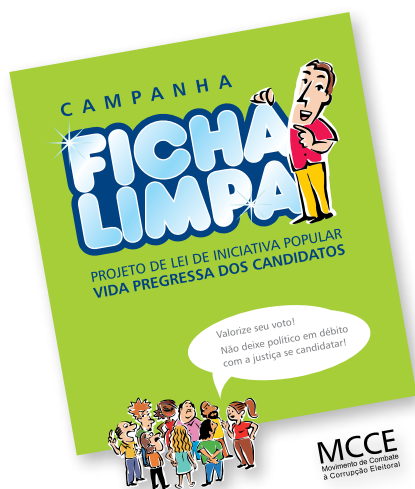
Divulgação

MCCE promove a 1ª Mobilização Nacional da Campanha Ficha Limpa

Na semana da Pátria, de 1º a 7 de setembro, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) promoverá a 1ª Mobilização Nacional da Campanha Ficha Limpa para a coleta de assinaturas do Projeto de Lei (PL) Vida Progressa dos Candidatos de iniciativa popular.

O MCCE pretende levar o PL ao Congresso Nacional e, para isso, é preciso um milhão e trezentas mil assinaturas, equivalente a apenas 1% do eleitorado brasileiro.

O Movimento quer incentivar a participação de eleitores na Campanha Ficha Limpa, coletando o máximo possível de assinaturas nas cinco regiões brasileiras. Para isso, postos de coleta estarão funcionando em todo o País. E, até a data prevista, os interessados deverão preencher



formulários de assinaturas, disponíveis no site, e enviar ao MCCE.

O projeto de lei pretende alterar a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece casos de inelegibilidade, ou seja, situações que impedem candidaturas. A campanha quer evitar que políticos condenados por crimes graves se candidatem.

O Conselho Federal de Contabilidade congratula-se com as instituições e os cidadãos que integram o Movimento por entender que os seus objetivos correspondem aos anseios da sociedade brasileira. Para participar, acesse o site www.mcce.org.br ou procure o Comitê do MCCE em sua cidade, apresente o número do título de eleitor e assine o formulário.



Seja um assinante da
REVISTA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE

Acesse o site www.cfc.org.br e faça a sua assinatura on-line.

Você pode ainda ligar gratuitamente para 0800-611946, de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas ou enviar um fax (51) 3226-6547.

